

## TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**MIHAELA NEACSU, HANS J. MORGENTHAU'S THEORY OF INTERNATIONAL POLITICS. DISENCHANTMENT AND RE-ENCHANTMENT**

Londres, Palgrave Macmillan, 2010, 199 pp.

A tese de doutoramento de Mihaela Neacsu, investigadora na Open University, abre caminho a uma nova interpretação de Hans Morgenthau e da sua teoria da política internacional, a partir de uma recentragem da sua problemática. Em vez de repetir as velhas querelas da divisão entre realistas, liberais e idealistas na análise da teoria internacional de Hans Morgenthau, Mihaela Neacsu prefere ir procurar as suas origens intelectuais, a sua experiência pessoal e o seu percurso académico para compreender melhor a centralidade da moral na sua teoria política. Por excesso de teorização, o estudo perde, por vezes, o fio condutor original, mas a concepção do mundo do intelectual alemão, que transformou o pensamento norte-americano na política externa no momento crítico do início da Guerra Fria, aparece delineada nos seus traços essenciais.

Hans Morgenthau pertence à velha tradição humanista liberal europeia, que Friedrich Nietzsche e Max Weber – a sua referência principal – procuraram preservar na era das ideologias revolucionárias. Para Morgenthau, o nazismo e o comunismo confirmaram que «a política é o domínio do mal», onde a «vontade de poder ilimitada» própria do homem se manifesta da forma «mais extrema, mais violenta e mais brutal». Como única forma de conter essa fúria, que destruiu a moral e a sociedade internacional no século XX, os responsáveis políticos têm de seguir uma ética realista de defesa racional dos interesses nacionais, na tradição da *raison d'État* e seguindo os exemplos de Richelieu, Metternich, Bismarck e Churchill – os heróis de Morgenthau. É nesse espírito que Hans Morgenthau constrói a sua teoria política, nos cinco anos que medeiam entre a chegada à Universidade de Chicago, cujo departamento de ciências políticas está dominado pelos behavioristas, e a publicação de *Politics Among Nations*, em 1948. Mihaela Neacsu valoriza os livros e os textos das conferências de Morgenthau nesse intervalo específico, que parece ser um período excepcional, o momento cria-

tivo do intelectual judeu refugiado do nazismo nos Estados Unidos, antes de o seu pessimismo trágico se transformar num optimismo liberal, próximo das posições daqueles que condenou, em nome da ética weberiana, à chegada ao Novo Mundo.

**BRUCE JONES, CARLOS PASCUAL  
E STEPHEN JOHN STEDMAN, POWER  
AND RESPONSIBILITY. BUILDING  
INTERNATIONAL ORDER IN AN ERA  
OF TRANSNATIONAL THREATS**

Washington DC, The Brookings Institution,  
2009, 300 pp.

**C**arlos Pascual – nomeado coordenador do programa de estabilização e reconstrução no Departamento de Estado pelo secretário de Estado Colin Powell –, Bruce Jones e Stephen John Stedman – conselheiros especiais do secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan –, dirigiram em conjunto um projecto internacional intitulado «Managing Global Insecurity», que está na origem de um plano de acção, publicado em Novembro de 2008, e deste relatório sobre a reconstrução da ordem internacional. O ponto de partida é o reconhecimento de que o «11 de Setembro» representa um «momento potencial de transformação» da ordem internacional, que se mantém basicamente inalterada, no domínio das instituições multilaterais, desde a criação das Nações Unidas e do princípio da Guerra Fria. O propósito é reestruturar a ordem multilateral para a adequar aos novos equilíbrios internacionais e às novas ameaças. O método é uma abordagem realista, que reconhece a preponderância dos Estados Unidos como factor crucial da estabilidade internacional e a necessidade de consolidar

as Nações Unidas, como o centro da legitimidade internacional. Nesse quadro, os autores apresentam uma proposta de criação de uma nova instituição internacional e esboçam sugestões para a reforma do Conselho de Segurança. A nova instituição corresponde a um alargamento do G8 para formar um G16, com a China, a Índia, o Brasil, a Indonésia ou a África do Sul. Mas esse modelo de concertação das potências teria de se subordinar ao Conselho de Segurança, que parece ser irreformável. O exercício dos três conselheiros é admirável, mas, entretanto, em Outubro de 2008, o Presidente dos Estados Unidos resolveu substituir o G8 pelo G20 como a principal instância de coordenação entre as potências relevantes na resposta à crise económica, evitando uma grande negociação internacional e tirando partido de um quadro existente, cuja natureza se transformou quando se reuniu, pela primeira vez, ao nível de chefes de Estado e de Governo. A aceleração da crise, necessária para a mudança da ordem internacional, é o pior inimigo dos prazos de publicação dos relatórios sobre a reforma da unipolaridade multilateral.

**STEWART PATRICK, THE BEST LAID  
PLANS. THE ORIGINS OF AMERICAN  
MULTILATERALISM AND THE DAWN  
OF THE COLD WAR**

Nova York, Rowman & Littlefield, 2009, 277 pp.

**S**tewart Patrick, director do programa de instituições internacionais no Council on Foreign Relations, regressou às origens do «sistema americano» para reconstituir as condições internas e externas em que se formou a ordem interna-

cional no fim da II Guerra Mundial e no princípio da Guerra Fria.

Como o próprio anuncia, o seu estudo inscreve-se na teoria de G. John Ikenberry sobre as estratégias de ordenamento que as grandes potências devem seguir no momento da sua vitória numa guerra hegemónica. Mas Stewart Patrick parte de uma posição mais céptica, na sua análise do «Enigma do multilateralismo norte-americano». As estratégias multilaterais não só são caras, como reduzem significativamente a autonomia das grandes potências e, nesse sentido, o multilateralismo não era uma escolha racional para os Estados Unidos em 1945. Nesse quadro, é preciso procurar uma explicação mais completa, que reclama uma valorização das dimensões identitárias e ideológicas na invenção do «sistema americano». Há uma afinidade electiva entre o regime constitucional norte-americano e o modelo multilateral através do qual os Estados Unidos querem institucionalizar os princípios do interna-

cionalismo liberal como as normas que regulam as relações entre os estados: trata-se de substituir Hobbes por Locke nas relações internacionais. Paralelamente, o princípio da Guerra Fria e a procura de aliados para a estratégia de contenção da União Soviética tornaram as virtudes liberais do multilateralismo uma necessidade estratégica realista. Com efeito, a estratégia de contenção era uma estratégia defensiva, pacífica e de longo prazo – era preciso esperar até que os factores internos de desagregação do bloco soviético completassem o seu trabalho histórico – e, nesse caso, a subordinação do poder norte-americano à disciplina multilateral da Aliança Atlântica era a condição da durabilidade da sua preeminência estratégica e da continuidade da coligação das democracias ocidentais. As lições do pós-Guerra Fria sobre o sucesso do multilateralismo continuam válidas.

■ CARLOS GASPAR

Columbia, em Nova York, onde leccionou História da Europa, com ênfase na história do judaísmo e no papel da Alemanha, de onde emigrara em 1938.

Com uma frontalidade tranquila de quem já não tem que prestar contas a ninguém, o diálogo entre Schmidt e Stern é fluido e percorre, sem esforço, considerações sobre as diplomacias e personalidades políticas da Alemanha, dos Estados Unidos, de Israel, ao mesmo tempo que toca temas históricos relacionando-os com a actualidade, como as duas Guerras Mundiais e a Guerra Fria, o fim da URSS e a ascensão da China. Muitos dos diálogos circulam em volta da questão que se tornou a pedra angular da carreira académica

de Stern: como foi possível o Holocausto, e qual a responsabilidade alemã perante os judeus e perante Israel? Schmidt não evade a questão. Trata-se de um livro com argumentos bem articulados, que nos transporta para o *Zeitgeist* de diferentes épocas e nos convida a ler e reler o raciocínio destes dois grandes pensadores. Mais decisivamente, é um diálogo não pretensioso que nos estimula a pensar e a consolidar a nossa própria visão sobre os grandes acontecimentos do século XX e da primeira década do século XXI. Resta desejar que este testemunho seja publicado em português.

■ PATRÍCIA DAEHNHARDT

## ÁSIA

### AMITAV ACHARYA, *WHOSE IDEAS MATTER? AGENCY AND POWER IN ASIAN REGIONALISM*

Ithaca, Cornell University Press, 2009, 200 pp.

A tese de Kishore Mahbubani é simples e vende-se bem: a Ásia (e «os asiáticos») emergente coloca em risco a preponderância económica, estratégica e cultural do espaço euroatlântico. A tese não é nova. Se recuarmos vinte anos ela está lá também, na terceira onda democrática de Samuel Huntington e na sua análise sobre os «valores asiáticos» derivados de uma

suposta civilização confucionista que permeia a política na Ásia Oriental. O problema é que não há «uma Ásia», nem um conjunto de ideias partilhado pelos «asiáticos». O que une o Afeganistão, a Tailândia e a Coreia do Norte?

Fugindo a estas tentações simplistas, Amitav Acharya oferece-nos uma perspectiva extrovertida: aborda as relações internacionais a partir da Ásia, expondo a complexidade e a diversidade inerentes ao continente. A principal questão que o move: o que explica a ausência de estruturas de segurança e instituições internacionais «rígidas», de matriz euro-

peia/ocidental, na Ásia? Quais os princípios subjacentes ao ASEAN way?

Percorrendo a frágil cumeada conceptual entre universalismo (estruturalista) e particularismo (reducionista), *Whose Ideas Matter* oferece-nos respostas fascinantes. Primeiro, no plano teórico, Acharya sublinha a agência de actores locais (empreendedores normativos). Em vez de serem puros receptores, confrontados com uma escolha limitada entre adopção ou rejeição mecânica dos modelos institucionais europeus, estes agentes detêm um significativo poder de negociação. Por via da selecção e implementação, aplicam conceitos universais/externos (por exemplo, a soberania ou segurança colectiva) de forma adaptada às suas necessidades específicas regionais/locais. É o que Acharya apelida de «lógica constitutiva local».

Esta premissa orienta os seus vários estudos de caso. Na sua vertente empírica, a obra avalia de que forma as normas do não intervencionismo e da defesa colectiva (pós-1945) e da segurança cooperativa e intervenção colectiva (anos 1990) foram moldadas (ou rejeitadas) pelos estados asiáticos, principalmente do Sudeste, e conduziram ao estabelecimento da ASEAN e de um novo tipo de multilateralismo «suave» (baseado em princípios diplomáticos como o respeito total pela soberania, consulta informal, decisão por consenso, não interferência em assuntos domésticos, exclusão de questões contenciosas, e carácter não burocrático).

Para além deste inovador contributo teórico, *Whose Ideas Matter* apresenta-se também como uma fascinante história política da Ásia com implicações práticas, especial-

mente para quem, em Bruxelas, procura vender o modelo europeu ao resto do mundo: para além da natural reacção negativa que tal proselitismo provoca frequentemente, por mais que tentemos exportar e implantar modelos de cooperação regional, o resultado será sempre o mesmo – uma inesperada nova forma institucional de cooperação regional, fruto da interacção produtiva entre o local e o global.

**ALASTAIR IAIN JOHNSTON, *SOCIAL STATES: CHINA IN INTERNATIONAL INSTITUTIONS, 1980-2000***

Princeton, Princeton University Press, 2007, 273 pp.

**P**anda-hugger ou Dragon slayer?, perguntam os analistas de Washington antes de qualquer briefing sobre a China, procurando assim identificar a inclinação política do especialista sinólogo prestes a ser consultado. Os dois conceitos reflectem a profunda divisão dos meios estratégicos e académicos norte-americanos (e europeus também), entre os que identificam uma China com intenções benignas e merecedora de esforços de integração e os que desconfiam das intenções de Pequim e advogam uma política mais pragmática, destinada a conter a China.

Os argumentos e dados que o jovem professor da Universidade de Harvard avança em *Social States* contribuem significativamente para reforçar o argumento dos que reconhecem na China um panda capaz de ser abraçado e domesticado. Brillantemente informado pelos grandes debates que marcam as relações internacionais, no seguimento da sua obra-prima *Cultural Realism: Strategic Culture and Grand Strategy*

in *Chinese History*, Johnston defende que a participação chinesa em diversas instituições e fóruns multilaterais (entre 1980 e 2000) teve um impacto normativo (positivo) na sua política externa, tradicionalmente, realista e unilateral.

Johnston analisa três formas diferentes de socialização aplicadas a três casos concretos (testes): mimetismo (Conferência das Nações Unidas para o Desarmamento), influência social (CTBT) e persuasão (ASEAN Regional Forum). Focando a dinâmica destes três microprocessos em que a China se deixou envolver no plano internacional, Johnston retira três conclusões: a China adoptou uma política mais cooperativa e potencialmente autoconstrangedora; fê-lo voluntariamente, sem qualquer benefício ou coação material; e esta colaboração deu-se sob o manto de uma política externa fortemente marcada pela *realpolitik* maoísta.

São conclusões devastadoras para as escolas realistas, que tendem a olhar para as instituições internacionais como estereis extensões da anárquica arena interestatal, mas também para os *dragon slayers* que minimizam a capacidade de a China se transformar e adaptar à ordem liberal internacional. Para Johnston, as instituições internacionais são ambientes de influência e aprendizagem mútua, ou seja, «contextos sociais com que os agentes [diplomatas, delegações governamentais, etc.] se deparam quando devem representar ou construir os interesses nacionais».

É claro que surgem dúvidas se estas supostas aprendizagens e adaptações reflectem um mero uso táctico e circuns-

tancial por parte da China, e Johnston deixa por explicar também porque é que a China é mais sociável numas frentes (desarmamento, cooperação de segurança) do que noutras (Taiwan, Tibete, Irão, etc.). Mas *Social States* não deixa de ser um soberbo contributo para moderar a crescente sinofobia que marca algumas das capitais ocidentais, sublinhando que a política externa chinesa é dinâmica e moldável, longe indo os tempos em que Pequim se afirmava como uma potência isolada e radicalmente revisionista.

**JONATHAN HOLSLAG, CHINA AND INDIA: PROSPECTS FOR PEACE**

Nova York, Columbia University Press, 2010, 248 pp.

**R**ompendo com a sóbria linha gráfica das 168 páginas antecedentes surge subitamente, já na conclusão, a única frase em itálico do livro inteiro: «a curto prazo observaremos portanto a continuação da competição entre [estas duas] grandes potências». É esta a mensagem pessimista que Jonathan Holslag, um jovem *think-tanker* do Brussels Institute of Contemporary China Studies, nos deixa em *China and India: Prospects for Peace*.

BRIC, IBSA, PIGS... Vivemos um período em que proliferam as novas siglas e acoplamentos internacionais. Facilitam a análise, mas obrigam a uma simplificação que ignora nuances e diferenças substanciais entre os vários actores. É o caso da China e da Índia, geralmente abordadas como «os dois gigantes asiáticos» e cuja suposta complementaridade produtiva levou Jairam Ramesh, o controverso secretário de Estado indiano do Ambiente, a inventar o

conceito de «Chindia». Mas o propósito de Holslag é outro; é prospectivo e menos optimista: desconstruir o mito de que os dois países se encontram numa irreversível trajetória convergente, em direcção a uma relação bilateral estável e pacífica em que os focos de tensão do passado (guerra de 1962, conflito fronteiriço, estatuto do Tibete) sucumbirão perante a força do comércio e dos investimentos.

Em seis capítulos, preenchidos com uma quantidade orgiaca de factos, mapas e gráficos (nem sempre correctos), o jovem investigador revê a relação bilateral de um paradigma alternativo, recusando o que apelida de «mitos» neofuncionalistas e de falácias «ricardianas» baseadas na ideia de que «o efeito natural do comércio é provocar a paz, porque duas nações que negociam tornam-se reciprocamente interdependentes» (Montesquieu). Para reforçar o argumento, apresenta estudos de caso sobre a competição por recursos energéticos, as memórias e percepções mútuas negativas, as crescentes tensões económicas (com a acusação indiana de *dumping*), o persistente conflito territorial nos Himalaias e o dilema de segurança militar e nuclear.

A tese é válida e extremamente pertinente para observadores externos: uma Ásia pacífica no futuro depende fundamentalmente de uma relação sino-indiana positiva. Se para um público mais especializado em questões asiáticas o livro apresenta algumas insuficiências analíticas, limitando-se largamente a fontes secundárias e a um monótono estilo jornalístico, *China and India* oferece uma boa panorâmica introdutória a uma das relações bilate-

rais menos estudadas, mas também mais importantes das próximas décadas.

**BILL EMMOTT, RIVALS: HOW THE POWER STRUGGLE BETWEEN CHINA, INDIA, AND JAPAN WILL SHAPE OUR NEXT DECADE**

Londres, Harcourt Press, 2008, 342 pp.

**E**m *The Sun Also Sets* (1989), Emmott avisava profeticamente para as fragilidades da economia japonesa (era, na altura, correspondente do *Economist* em Tóquio). Depois, entre 1993 e 2006 assumiu a posição de editor da revista. Agora, em *Rivals*, avalia a sua experiência asiática a partir de Londres e perante as grandes mudanças que o continente testemunhou desde que deixou o Oriente. A sua missão: primeiro, sublinhar que um grande conflito na Ásia é possível, embora não inevitável; segundo, identificar, ao nível intra-asiático, os potenciais focos de tensão; e terceiro, propor recomendações para que esta grande transformação se processe de forma mais pacífica e estável possível.

Focando a sua análise nos três principais gigantes asiáticos – China, Índia e Japão – Emmott recorda o que um diplomata indiano lhe disse em tempos: «Tem de compreender que ambos [China e Índia] acreditamos que o futuro nos pertence. E não podemos estar ambos certos.» Do lado chinês, a versão popular equivalente é a imagem de que «é impossível dois tigres partilharem uma montanha». Poderão estas supostas incompatibilidades travar o crescimento asiático?

Emmott é pragmático, mas também optimista. Por um lado, realça a capacidade



demonstrada pela Administração Bush em aprofundar a relação com a China ao mesmo tempo que lançou uma ponte inédita para a Índia, com o acordo de cooperação civil nuclear. Como potência externa equilibradora, a segurança e estabilidade na Ásia continuarão a estar garantidas. Por outro lado, para além dessa garantia externa, emergem dúvidas sobre a sustentabilidade do fulgurante crescimento económico chinês e indiano, bem como sobre a sustentabilidade do modelo japonês: serão estes três actores capazes de gerir desafios como o inevitável declínio demográfico, a feroz competição por recursos energéticos, crescentes convulsões sociopolíticas e insurreições étnicas no plano doméstico, e o fantasma do nacionalismo e militarismo?

Oferecendo uma panorâmica detalhada sobre estes obstáculos, com recurso a uma linguagem jornalística acessível e ancorada em tabelas e dados económicos úteis, Emmott conclui com nove recomendações prementes, destacando-se a importância de os Estados Unidos continuarem a assumir uma posição de liderança na Ásia (incluindo os custos inerentes a essa responsabilidade), e a necessidade de se reformar as principais instituições internacionais, de modo a que passem a reflectir a realidade que coloca quase dois terços da população e o motor do crescimento económico mundial na Ásia.

■ CONSTANTINO XAVIER



**MARY ELISE SAROTTE, 1989:**  
**THE STRUGGLE TO CREATE  
POST-COLD WAR EUROPE**

Princeton, Princeton University Press, 2009, 321 pp.

No ano em que se comemoraram os vinte anos da queda do Muro de Berlim, as publicações sobre a história da unificação alemã foram profícuas. Uma das melhores é a de Mary Elise Sarotte, professora de Relações Internacionais na Universidade de Southern California. Historiadora de formação, apresentou um estudo crítico sobre o ano crucial de 1989, como o início da unificação alemã e da ordem do pós-Guerra Fria, a partir de fontes primárias e acesso a documentos recentemente disponibilizados em vários arquivos. 1989 representa uma adição importante aos três livros que até agora constituíam o essencial da história da unificação alemã: Philip Zelikow e Condoleezza Rice, *Germany Unified and Europe Transformed*, Frank Elbe e Richard Kiessler, *A Round Table with Sharp Corners: The Diplomatic Path to German Unity*, ambos de 1996, e Robert Hutchings, *American diplomacy and the End of the Cold War*, de 1997.

A interrogação inicial de Sarotte centra-se à volta da seguinte questão: porque é que, perante o cenário de mudança, os Estados Unidos e a Alemanha Federal optaram pelo modelo de ordem prevalente e a manutenção das instituições existentes na construção da ordem europeia no pós-Guerra Fria? A razão prende-se com três factores: em primeiro lugar, o papel do chanceler Helmut Kohl, «o líder mais importante na construção da Europa do pós-Guerra Fria»,

a quem atribui sagacidade táctica, ao aproveitar assertivamente a oportunidade histórica para pressionar uma conclusão rápida da unificação. Em segundo lugar, o apoio da Administração de George Bush, que desde cedo insistiu na condição de que as Alemanhas só se poderiam tornar uma se a NATO permanecesse a aliança de defesa principal da Alemanha. Por último, o papel de Mikhail Gorbachev, que Sarotte considera fraco devido à falta de pensamento estratégico no processo negocial da unificação.

Gorbachev poderia ter insistido, afirma Sarotte, desde logo, que a União Soviética só aceitaria uma Alemanha unificada se esta participasse nas novas estruturas pan-europeias por ele propostas, e se o Ocidente lhe desse uma garantia, por escrito, de que a NATO não se alargaria institucionalmente para Leste. Este último ponto insere-se numa polémica recente nas relações entre a Rússia e o Ocidente. Na sua oposição ao alargamento da NATO até às suas fronteiras, a Rússia tem vindo a afirmar que o Ocidente teria prometido a Gorbachev, entre Novembro de 1989 e a Primavera de 1990, que a NATO não se alargaria institucionalmente para Leste de todo o continente europeu, o que não se verificou. A Alemanha e os Estados Unidos ganharam a competição pelo domínio da ordem do pós-Guerra Fria, e o legado da sua vitória ainda produz consequências profundas hoje em dia. Uma delas, conclui a autora com uma nota pessimista, é a de que «a oportunidade de estabelecer uma cooperação duradoura com a liderança russa, num momento raro de abertura desta, mesmo que de fraqueza, perdeu-se, e não irá voltar tão cedo».

**FRÉDÉRIC BOZO, MARIE-PIERRE REY, N. PIERS LUDLOW E LEOPOLDO NUTI (EDS.), EUROPE AND THE END OF THE COLD WAR: A REAPPRAISAL**

Londres, Routledge, 2008, 256 pp.

**S**e Sarotte apresenta um estudo centrado essencialmente nas posições dos Estados Unidos, a União Soviética e a República Federal da Alemanha, a obra de Frédéric Bozo, Marie-Pierre Rey, N. Piers Ludlow e Leopoldo Nuti trata da posição dos vários actores e países europeus envolvidos. O livro tem o mérito de reunir autores de países e perspectivas académicas diferentes, o que permite uma análise mais completa nas suas dimensões política, social, económica, histórica e cultural. Consequentemente, a obra debruça-se sobre a importância das mudanças e dos processos envolvidos no continente europeu, o que, em si mesmo, é revelador da futura ordem europeia pós-bipolar.

O acesso a novos arquivos e documentos permite a «reavaliação» da política europeia no final da Guerra Fria e a afirmação de argumentos menos convencionais. Contrariamente à visão estabelecida, a França e a Grã-Bretanha não se opuseram à unificação alemã. Como mostra Bozo, a política da França, inicialmente cautelosa, alterou-se e foi paradoxalmente europeísta já que o que a motivou – o receio do aumento do poder da Alemanha – acelerou o processo de integração europeia, com o Tratado de Maastricht. Também Jacques Lévesque fala nas reticências europeias, mas afirma que na Grã-Bretanha quem se opôs veementemente à unificação foi apenas a primeira-ministra, Margaret Thatcher, e não o Foreign Office. Robert

Hutchings desenvolve o papel crucial dos Estados Unidos na insistência da adesão da Alemanha unificada à NATO. Hannes Adomeit explica as negociações que levaram ao consentimento de Gorbachev para uma Alemanha unida, membro da NATO. Michael Cox, Helga Haftendorn e Jolyon Howorth contextualizam o tema a partir da questão da vitória na Guerra Fria, a interligação entre a unificação alemã e a integração europeia, e a relação entre a NATO e a União Europeia decorrentes do fim da Guerra Fria. Um conjunto de autores que abordam o tema da perspectiva da Polónia, da Hungria e dos países bálticos completa esta obra abrangente que, partindo da unificação alemã, é, acima de tudo, uma história da integração europeia neste período crucial.

**PAOLO GRAZIANO E MAARTEN P. VINK (EDS.), EUROPEANIZATION: NEW RESEARCH AGENDAS**

Nova York, Palgrave Macmillan, 2008, 419 pp.

**I**nsertando-se na crescente popularidade do conceito de *Europeanization* a que se tem assistido na última década, o volume editado por Paolo Graziano e Maarten P. Vink tenta, ao mesmo tempo, afirmar-se contra o que os editores esperam não ser uma moda nos estudos europeus. A obra, que inclui capítulos por autores conceituados como Tanja Börzel, Simon Bulmer, James Caporaso, Kenneth Dyson, Klaus Goetz, Claudio Radaelli, Frank Schimmelfennig e Reuben Wong, entre outros, faz uma análise crítica do estado da arte dos estudos de europeização. O livro está dividido entre uma primeira parte sobre teoria

e métodos, uma segunda sobre política e polity, e a terceira com dez capítulos sobre políticas europeias específicas.

Graziano e Vink argumentam que após uma década de investigação dedicada a delimitações conceptuais e construções analíticas ocorreu uma «viragem empírica» nos estudos da europeização, o que justifica as novas *research agendas*, mais motivadas pelas dinâmicas de mudança e sustentadas por novos *puzzles* empíricos. A maioria dos autores do volume define a europeização como um «processo de adaptação doméstica interna à integração regional europeia» e analisa de que forma é que a integração europeia, através de políticas, regras e normas, penetra (*feeds back*) os sistemas políticos nacionais. O resultado é uma análise empírica do impacto que a integração europeia tem produzido nos sistemas políticos internos dos estados-membros, em termos de convergência e divergência, e através da conceptualização do *downloading* (abordagem que parte das políticas europeias e estuda o seu impacto sobre o sistema interno) e do *uploading* (abordagem que parte dos actores internos dos estados e estuda o impacto destes na entidade europeia e a forma como reverte novamente a nível interno).

A europeização não deve, contudo, ser confundida com a convergência ou harmonização inevitável entre o nível interno e o nível europeu, já que as diferenças existentes entre o processo e as suas consequências podem produzir tanto a convergência como a divergência no grau de adaptação das diferentes políticas. Por último, os autores não restringem o conceito de europeização ao impacto da União

Europeia e sugerem a aplicação dos instrumentos metodológicos ao estudo de outros exemplos de integração regional, como a ASEAN, o Mercosul e a União Africana. Para quem estuda a problemática da europeização, tanto exclusivamente no contexto da União Europeia como numa perspectiva mais ampla de integração regional, este livro é um valioso contributo para a consolidação da problemática da europeização nos estudos europeus.

**HELMUT SCHMIDT E FRITZ STERN,  
UNSER JAHRHUNDERT**

Munique, C. H. Beck, 2010, 287 pp.

**E**ste livro, apenas disponível por enquanto em língua alemã, faz as delícias de quem se interessa pelas relações entre as grandes potências e pela política mundial actual, sempre com um olhar atento à história. Helmut Schmidt e Fritz Stern, dois observadores astutos da realidade que os rodeia, e que se conhecem há mais de três décadas, reuniram-se, durante três dias, em Hamburgo, no Verão de 2009, para discutirem questões de política e história internacionais. O resultado feliz foi *Unser Jahrhundert* («O Nosso Século»), uma troca de ideias inteligente e refrescante.

Trata-se de um diálogo, por vezes discordante, mas sincero, entre duas pessoas que nasceram muito antes da II Guerra Mundial e que testemunharam as turbulências do século XX. Schmidt foi chanceler da República Federal da Alemanha na segunda metade da década de 1970, e é, até hoje, o *elder statesman* mais respeitado e ouvido na Alemanha. Stern fez uma carreira académica brilhante na Universidade de

Columbia, em Nova York, onde leccionou História da Europa, com ênfase na história do judaísmo e no papel da Alemanha, de onde emigrara em 1938.

Com uma frontalidade tranquila de quem já não tem que prestar contas a ninguém, o diálogo entre Schmidt e Stern é fluido e percorre, sem esforço, considerações sobre as diplomacias e personalidades políticas da Alemanha, dos Estados Unidos, de Israel, ao mesmo tempo que toca temas históricos relacionando-os com a actualidade, como as duas Guerras Mundiais e a Guerra Fria, o fim da URSS e a ascensão da China. Muitos dos diálogos circulam em volta da questão que se tornou a pedra angular da carreira académica

de Stern: como foi possível o Holocausto, e qual a responsabilidade alemã perante os judeus e perante Israel? Schmidt não evade a questão. Trata-se de um livro com argumentos bem articulados, que nos transporta para o *Zeitgeist* de diferentes épocas e nos convida a ler e reler o raciocínio destes dois grandes pensadores. Mais decisivamente, é um diálogo não pretensioso que nos estimula a pensar e a consolidar a nossa própria visão sobre os grandes acontecimentos do século XX e da primeira década do século XXI. Resta desejar que este testemunho seja publicado em português.

■ PATRÍCIA DAEHNHARDT

## ÁSIA

### AMITAV ACHARYA, *WHOSE IDEAS MATTER? AGENCY AND POWER IN ASIAN REGIONALISM*

Ithaca, Cornell University Press, 2009, 200 pp.

A tese de Kishore Mahbubani é simples e vende-se bem: a Ásia (e «os asiáticos») emergente coloca em risco a preponderância económica, estratégica e cultural do espaço euroatlântico. A tese não é nova. Se recuarmos vinte anos ela está lá também, na terceira onda democrática de Samuel Huntington e na sua análise sobre os «valores asiáticos» derivados de uma

suposta civilização confucionista que permeia a política na Ásia Oriental. O problema é que não há «uma Ásia», nem um conjunto de ideias partilhado pelos «asiáticos». O que une o Afeganistão, a Tailândia e a Coreia do Norte?

Fugindo a estas tentações simplistas, Amitav Acharya oferece-nos uma perspectiva extrovertida: aborda as relações internacionais a partir da Ásia, expondo a complexidade e a diversidade inerentes ao continente. A principal questão que o move: o que explica a ausência de estruturas de segurança e instituições internacionais «rígidas», de matriz euro-